

*Brasília-DF, 05 de setembro de 2025*

CNTI realiza encontro nacional para reestruturação do Departamento Profissional do Papel e Papelão



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) promoveu nesta quinta-feira (4), no Centro Técnico Educacional, em Luziânia (GO), um encontro voltado à reestruturação do Departamento Nacional do Setor de Papel.



A iniciativa partiu do presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Papel, Papelão e Cortiça de São Paulo, companheiro Betinho, e reuniu representações sindicais de diversos estados, entre eles Amapá, Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo central foi organizar, em âmbito nacional, um plano de ação que fortaleça a articulação entre CNTI, sindicatos e federações.

Entre as prioridades definidas, estão:

1. Readequar a estrutura e o Estatuto do Departamento às atuais demandas setoriais, institucionais, sociais, políticas, econômicas e legislativas;
2. Estabelecer o processo de composição diretiva para o próximo mandato;

3. Planejar as atividades prioritárias, com ênfase nas relações de trabalho e nas perspectivas conjunturais do setor;

4. Definir linhas de ação e eixos temáticos para garantir a participação do Departamento no Congresso Nacional dos 80 anos da CNTI, previsto para julho de 2026.



Durante o encontro, o presidente da CNTI, José Reginaldo, apresentou uma análise estratégica sobre o papel da Confederação no atual cenário político e social. Ele destacou a representatividade da entidade, que permanece com os 18 ramos da indústria em sua ação, e defendeu a necessidade de combater as desigualdades estruturais que comprometem a democracia e a legitimidade sindical, bem como a soberania nacional. Também foram debatidos temas como transição energética, questões de débitos previdenciários, ações nas esferas do judiciário, além de temas estratégicos em debates nas demais esferas de poder.

O evento contou ainda com a presença do deputado federal Márcio Nakashima (PDT-SP), que ressaltou a importância do diálogo permanente entre movimento

Brasília-DF, 05 de setembro de 2025

sindical e Legislativo para a defesa dos direitos da classe trabalhadora.



O deputado parabenizou o presidente Reginaldo e toda a diretoria pelo grandioso projeto da usina fotovoltaica, que coloca a CNTI na vanguarda da transição energética. "Essa iniciativa demonstra que o sindicalismo pode ir além da defesa dos trabalhadores, contribuindo de forma decisiva para a sustentabilidade e trazendo um enorme benefício ao meio ambiente."

Na sequência, Betinho apresentou o planejamento estratégico do setor de papel e celulose, alinhado às bandeiras aprovadas no Congresso dos Papeleiros de 2025. Entre os pontos da pauta, destacou a importância da unidade do grupo, com ênfase na unificação de data-base, piso nacional unificada, além de questões relacionadas à implicação da terceirização no setor, dentre outros temas.



A programação incluiu ainda visita às instalações da Usina de Energia Fotovoltaica da CNTI, reforçando a pauta da transição energética.



Visita às instalações da Usina de Energia Fotovoltaica/CNTI

Em sua intervenção, José Reginaldo propôs a realização de uma reunião ampliada com representantes estaduais para consolidar dados de acordos e convenções coletivas já existentes. Outros participantes chamaram atenção para desafios como a pressão excessiva por metas, os impactos da saúde mental dos trabalhadores e a necessidade de estratégias considerando a distinção de segmentos dentro do setor, como por exemplo, o setor de artefatos. Também foi discutida a importância de ampliar a atuação no âmbito do Mercosul.

Encerrando o encontro, a secretária da Mulher, Idoso e Juventude da CNTI, Sonia Zerino, anunciou o 1º Encontro Nacional Online da Juventude Industrial, marcado para 22 de setembro. A iniciativa busca ampliar a participação das novas gerações no movimento sindical e reafirma o compromisso da Confederação com a renovação e o engajamento das bases.

Produção industrial recua 0,2% em julho e acumula efeitos do juro alto

Setor chega a quatro meses sem crescimento



© Agência Brasil / EBC

A produção da indústria no país recuou 0,2% na passagem de junho para julho. Com esse resultado, o setor chega a quatro meses seguidos sem crescimento, o que é explicado pelo ambiente de juro alto.

O resultado foi divulgado nesta quarta-feira (3) pela Pesquisa Industrial Mensal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De abril a julho, a indústria acumula perda de 1,5%, sendo quedas em abril (-0,7%) e maio (-0,6%) e estabilidade em junho (0%). A última vez que o parque industrial brasileiro somou quatro meses sem expansão foi entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023.

Em relação a julho de 2024, a produção da indústria nacional mostra avanço de 0,2%. Nos últimos 12 meses, o setor apresenta expansão de 1,9%.

Brasília-DF, 05 de setembro de 2025

O resultado de julho deixa o setor 1,7% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 15,3% abaixo do nível recorde já alcançado, de maio de 2011.

Em relação ao patamar final de 2024, o setor teve expansão de 0,3%.

Efeito do juro alto

De acordo com o gerente da pesquisa, André Macedo, o cenário predominante negativo desde abril é explicado pela política monetária restritiva, ou seja, os juros altos, ferramenta do Banco Central (BC) para tentar conter a inflação.

“Em termos conjunturais, destacam-se os efeitos de uma política monetária mais restritiva – que encarece o crédito, eleva a inadimplência e afeta negativamente as decisões de consumo e investimentos. Esses fatores contribuíram para limitar o ritmo de crescimento da produção industrial no período, refletindo-se em resultados mais moderados frente aos meses anteriores”, analisa Macedo.

Atualmente, a taxa básica de juros, a Selic, está em 15% ao ano, o patamar mais alto desde julho de 2006. Os juros altos têm o efeito de desestimular o consumo e o investimento para esfriar a economia e diminuir a procura por bens e serviços, consequentemente, tirando força da inflação.

Em julho, a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mostrou acúmulo de 5,23% em 12 meses, fora da meta do governo – 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, indo até 4,5%.

A taxa está acima do teto desde setembro de 2024 (4,42%). Em abril, chegou a 5,53%, o ponto mais alto desde então.

Setores

Na passagem de junho para julho, o IBGE identificou queda em 13 das 25 atividades industriais. Os destaques negativos foram:

- metalurgia (- 2,3%)
- outros equipamentos de transporte (-5,3%)
- impressão e reprodução de gravações (-11,3%)
- bebidas (-2,2%)
- manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-3,7%)
- equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2%)
- produtos diversos (-3,5%)
- produtos de borracha e de material plástico (-1%)

Entre as atividades com alta na produção, os principais impactos positivos vieram de produtos farmacêuticos e farmoquímicos (7,9%), alimentícios (1,1%), indústrias extrativas (0,8%) e produtos químicos (1,8%).

Em relação às grandes categorias, bens de consumo duráveis (-0,5%) e bens de capital (-0,2%) registraram altas na passagem de junho para julho. Bens de capital são máquinas e equipamentos.

Por outro lado, bens intermediários, ou seja, que serão transformados em outros produtos, cresceram 0,5% e bens de consumo semi e não duráveis aumentaram 0,1%.

Tarifaço

De acordo com André Macedo, o resultado de julho teve reflexos também do tarifaço americano, que só começou na primeira semana de agosto. Isso se explica pelo fato de que a ameaça de taxaço das exportações brasileiras para os Estados Unidos mexeu com expectativas e decisões futuras de empresários, principalmente os que têm atividades voltadas para o mercado externo.

Macedo ressalta que a predominância negativa desde abril é fundamentada pela política de juros.

“Dentro do resultado geral, [o tarifaço] não tem muita importância no momento”, disse.

Fonte: Agência Brasil

Neuriberg Dias: Cenário Político Pós-Julgamento de Bolsonaro



Neuriberg Dias*

O julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro tende a desencadear um acirramento e aprofundamento da crise política no país. O processo não apenas tensiona o ambiente institucional, como também projeta um

**Brasília-DF, 05 de setembro de 2025**

redesenho do cenário eleitoral e das forças políticas no Brasil.

Em primeiro lugar, nenhum candidato da oposição parece, no atual cenário, reunir força suficiente para vencer o presidente Lula nas urnas. O campo progressista, apesar de seus próprios desafios internos, permanece coeso, o que dificulta sobremaneira a construção de uma candidatura viável por parte da direita.

Em segundo lugar, a direita caminha para a perda de protagonismo político sem um nome forte para liderar esse campo. A ausência de Bolsonaro — seja por inelegibilidade ou condenação — desorganiza a base e enfraquece o discurso unificado que vinha sendo sustentado desde 2018.

Terceiro ponto relevante é o risco de fragmentação ainda maior entre centro e direita. O cenário de "esvaziamento" do PL, partido do ex-presidente, já se desenha. A depender do resultado do julgamento, há tendência de afastamento de antigos aliados, temerosos de prejuízos eleitorais ao manterem vínculos com uma figura condenada. Isso favorece o surgimento de novos polos dentro do espectro conservador, mas também acentua a divisão, dificultando a montagem de uma frente ampla competitiva às vésperas das eleições gerais.

Nesse contexto, ganha força a pressão pela votação de um projeto de anistia, com sinais claros vindos do PP e do União Brasil que se uniram como federação partidária. A visita recente do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira, a Bolsonaro é interpretada como parte desse movimento estratégico: busca-se a construção de uma alternativa de sobrevivência política e eleitoral do ex-presidente Bolsonaro.

No entanto, o sucesso dessa articulação depende diretamente da disposição do grupo bolsonarista em ceder espaço político e construir alianças mais amplas — o que, até o momento, parece limitado pela tendência de concentração interna e resistência à partilha de poder.

De todo modo, a anistia de Bolsonaro se apresenta como a única saída possível para manter o grupo unido e preservar a aliança do centrão no Congresso Nacional. Trata-se de uma tentativa de atravessar o atual ciclo de instabilidade e chegar a 2026 e 2030 com fôlego político suficiente para disputar, novamente, o Planalto em condições mais favoráveis.

**Jornalista, Analista Político e Diretor de Documentação do DIAP.*

Fonte: Diap

As manifestações do 7 de Setembro – João Guilherme Vargas Netto



As mobilizações sindicais raramente tomam a forma de grandes manifestações de rua distantes dos locais de trabalho.

Isto só acontece em situações muito especiais ou em conjunturas bem definidas. Aqui no Brasil foram acontecimentos marcantes relacionados à luta pela democracia, à renovação sindical e ao fim da ditadura.

Basta lembrar as manifestações na Vila Euclides, as grandes aglomerações de trabalhadores em algumas greves e até mesmo, tardiamente, as centenas de milhares de pessoas nas comemorações do 1º de Maio da Força Sindical, com espetáculos musicais e sorteios.

Hoje em dia as praças e as ruas são ocupadas maciçamente por ocasião de espetáculos musicais, passeatas religiosas e identitárias e eventualmente por convocação partidária.

As aglomerações sindicais de trabalhadores acontecem próximas a locais de trabalho por ocasião das campanhas salariais.

Portanto, para o movimento sindical, é um duplo desafio a convocação de manifestação do 7 de Setembro junto com movimentos sociais, estudantis e forças político-partidárias, na Praça da República, em São Paulo, pela soberania, democracia e direitos.

(Haverá manifestações populares e sindicais em muitas outras cidades.)

Desafio ao adotar uma forma de mobilização diferente da prática sindical e desafio para garantir o sucesso da convocação.

Até mesmo o comparecimento das direções sindicais e dos ativistas tem que ser resultado de um empenho renovado; a convocação sem mobilização efetiva terá resultado desanimador, como ocorreu nas recentes comemorações do 1º de Maio.

O sucesso da convocação para o 7 de Setembro e do próprio ato ainda depende de forte engajamento das direções sindicais nestes dias que precedem o acontecimento.

João Guilherme Vargas Netto. Consultor sindical de entidades de trabalhadores.

Fonte: Agência Sindical